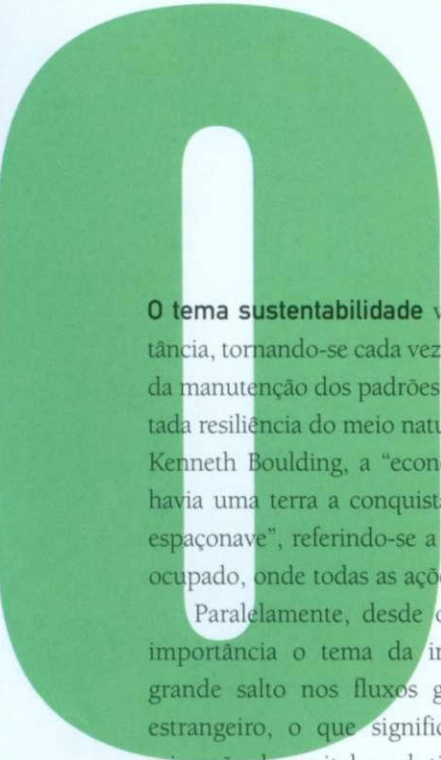


INTERNACIONALIZAÇÃO & SUSTENTABILIDADE

A internacionalização de empresas e de capitais, e a preocupação com temas de sustentabilidade socioambiental, são duas grandes tendências neste início do novo milênio. O artigo explora as relações entre esses dois temas e mostra que nem sempre elas são positivas

POR FREDERICO ARAUJO TUROLLA E MARIA FERNANDA FREIRE DE LIMA



O tema sustentabilidade vem ganhando crescente importância, tornando-se cada vez mais evidente a impossibilidade da manutenção dos padrões de consumo em função da limitada resiliência do meio natural planetário. Na linguagem de Kenneth Boulding, a “economia do *cowboy*”, onde sempre havia uma terra a conquistar, cedeu lugar à “economia da espaçonave”, referindo-se a um sistema finito, inteiramente ocupado, onde todas as ações são interdependentes.

Paralelamente, desde os anos 1980 também ganhou importância o tema da internacionalização. Houve um grande salto nos fluxos globais de investimento direto estrangeiro, o que significa uma maior intensidade de migração de capital produtivo entre as diversas nações. No começo dos anos 1990, os fluxos de investimento direto estrangeiro correspondiam a apenas 2,7% do PIB mundial. Já no final daquela década essa proporção duplicou, e não parou de crescer na década atual.

Neste artigo nos questionamos sobre a relação entre esses dois importantes temas, a sustentabilidade e a internacionalização. Também nos perguntamos em que medida esta última afeta a primeira. Introduzimos a hipótese de que, ao menos em parte, tal relação deve ser buscada nos fluxos de investimento direto estrangeiro, os quais são o principal veículo da internacionalização que afeta a sustentabilidade.

SUSTENTABILIDADE. O processo de industrialização começou na Revolução Industrial, no final do século XVIII, e se estendeu pela Europa, EUA e Japão. Para Celso Furtado, na nova civilização industrial, “a dinâmica de uma sociedade, em que as atividades produtivas

são crescentemente subordinadas à lógica de um processo acumulativo, constituía uma ruptura com tudo o que havia existido até então”. A acumulação passou a comandar a evolução social, e a atividade econômica assumiu papel determinante em todas as dimensões da cultura, engendrando um processo contínuo de expansão das necessidades materiais dos indivíduos. A esse processo corresponde uma visão de que o crescimento econômico e o avanço da produção de bens e serviços seriam ilimitados. De fato, o fantástico crescimento industrial, intensificado em meados do século passado, provocou uma extração crescente de recursos naturais e o aumento significativo da poluição.

Alguns exemplos evidentes de “fadiga” do meio ambiente no século XX foram o *smog* de Los Angeles e a morte do lago Erie, ambos nos Estados Unidos; a poluição progressiva de grandes rios como o Mosa (França), o Elba (República Tcheca) e o Reno (Suíça); e o envenenamento químico por mercúrio em Minamata (Japão). Esses problemas foram apontados no *Relatório Brundtland*, documento editado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Esse documento se tornou bastante influente ao apontar a inconsistência ambiental do padrão de crescimento econômico que se tornara dominante. O mesmo relatório consagrou ainda a expressão “desenvolvimento sustentável” – pelo qual se busca “atender as necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras”. E chama a atenção sobre a interligação entre economia, tecnologia, política e sociedade.

O INVESTIMENTO PRODUTIVO DEFINE AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DA MATRIZ DE PRODUÇÃO DO PAÍS. ASSIM, O INVESTIMENTO PRODUTIVO, E A SUA PARCELA ESTRANGEIRA, ESTÃO MUITO RELACIONADOS ÀS POSSIBILIDADES DO PAÍS EM TERMOS DA SUSTENTABILIDADE

PAPEL DO ESTADO. A regulação estatal é importante tanto na visão representada por Celso Furtado quanto em outras visões. Uma dessas visões é a "abordagem das falhas de mercado", hoje bastante difundida, que aponta o mercado como incapaz de um racionamento adequado dos recursos naturais devido a indefinições nos direitos de propriedade. A abordagem propõe a necessidade de regulação estatal. Quando os custos de transação são altos, como no caso dos problemas ambientais, mesmo os economistas liberais tendem a reconhecer a ineficiência do sistema de mercado e aceitar soluções políticas.

A percepção sobre o papel do Estado deu origem a um grupo de abordagens sobre a promoção do desenvolvimento sustentável que podem ser identificadas como *top-down*. Nessas, a mudança em direção à sustentabilidade viria de cima para baixo, partindo da ação do Estado, que criaria os incentivos necessários para a mudança nos comportamentos, ou introduziria as obrigações relevantes.

Em contraposição, as abordagens de tipo *bottom-up* partem dos indivíduos e das organizações, as quais, ao exercer sua responsabilidade social e ambiental, promoveriam as mudanças necessárias de baixo para cima. Nesta última perspectiva, o papel do Estado é mais limitado. Entretanto, o espaço para a ação unilateral de indivíduos e empresas sem um grande esforço de coordenação de ações ou de promoção da necessária base de educação não será suficiente para grandes avanços na promoção da sustentabilidade.

INTERNACIONALIZAÇÃO. Uma importante tendência mundial, a crescente internacionalização de empresas,

tanto por meio do comércio exterior quanto do investimento direto estrangeiro (IDE), deve ser levada em consideração na análise da questão da sustentabilidade. Segundo o *World Investment Report* de 2009, publicado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), existem atualmente cerca de 82 mil corporações transnacionais, com 810 mil filiais no mundo. Elas respondem por 33% das exportações mundiais e empregam 77,4 milhões de pessoas. O estoque global de investimento direto estrangeiro atingiu US\$ 14,9 trilhões em 2008.

Um aspecto importante é que os fluxos de investimento direto estrangeiro tiveram um significativo aumento em sua contribuição na Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF), em todo o mundo, conforme a tabela. A relação IDE/FBKF é um indicador da importância dos fluxos estrangeiros em relação ao total dos investimentos realiza-

dos em determinados países. Em 1970, essa relação, considerando o mundo inteiro, era de apenas 2,3%, tendo subido para 4,3% em 1990. Os anos 1990 marcaram o pico dessa relação, que chegou a 20% em 2000, e caiu para 16% em 2007. A crise financeira mundial deprimiu o indicador para 12,3% em 2008.

Em países como o Brasil, o Chile e na comunidade europeia, a relação IDE/FBKF passou a marca de 30% no começo desta década. Isso equivale a dizer que cerca de um terço do investimento produtivo dessas nações decorre de fontes internacionais. A relevância do IDE para o investimento é, também, a sua importância para a sustentabilidade. O investimento produtivo define as características técnicas da matriz de produção do país, influenciando, por exemplo, o tipo de equipamentos produtivos, sua eficiência energética e suas características em termos de resíduos

e poluição. Assim, o investimento produtivo e a sua parceira estrangeira estão muito relacionados às possibilidades do país em termos da sustentabilidade.

RELAÇÕES COMPLEXAS. Um recente trabalho patrocinado pelo Fundo Mundial pela Natureza e desenvolvido por dois pesquisadores da Universidade Tufts, em Massachusetts, nos EUA, traz alguns dados interessantes sobre a complexidade envolvida nas relações entre internacionalização e sustentabilidade.

O primeiro dado se refere às comunidades globais nas áreas de desenvolvimento e meio ambiente. Na prática, elas vêm prestando atenção crescente no aumento dos investimentos diretos nos países em desenvolvimento, e veem este aumento, ao mesmo tempo e paradoxalmente, como causa de esperança e de preocupação.

TABELA - RAZÃO IDE/FBKF (EM PORCENTAGEM)

REGIÃO/ECONOMIA	1970	1980	1990	2000	2008
Mundo	2.3	2.1	4.3	20.0	12.3
Economias desenvolvidas	1.9	2.5	4.4	21.4	11.4
Europa	2.6	2.5	6.1	38.5	12.7
América do Norte	1.5	3.6	4.9	18.3	12.5
Economias em desenvolvimento	4.6	1.2	4.0	16.0	12.8
África	7.9	0.4	3.1	9.8	29
América Latina	4.4	3.3	4.0	25.5	15.5
Argentina	1.7	3.6	9.3	22.6	11.6
Brasil	3.8	3.4	1.0	30.3	15.1
Chile	0.7	3.7	8.0	32.0	41.0
México	4	4.2	5.6	14.5	8.5
Ásia	2.8	0.2	4.1	13.3	10.7
China	--	0.1	3.5	10.0	6.0
Coreia do Sul	2.9	0.1	0.8	5.6	2.8
Índia	0.5	0.2	0.3	3.4	9.6

Os que veem no IDE motivo de preocupação antevêm uma aceleração da degradação ambiental, assim como uma ampliação do hiato entre ricos e pobres devido às transferências de renda. Já os que veem esperança tendem a observar os possíveis impactos positivos desses fluxos na produtividade e no crescimento econômico, com reflexos na renda e no emprego, ainda que estes últimos estejam sujeitos a controvérsia.

No mesmo estudo, foram identificadas três rotas pelas quais o investimento direto afeta o meio ambiente. A primeira é o desempenho ambiental das empresas multinacionais, que podem tomar decisões tecnológicas em prol de tecnologias mais limpas ou manter antigas tecnologias que ainda não incorporaram maior rigor ambiental. Adicionalmente, podem estar comprometidas globalmente com padrões de gestão de qualidade ambiental ou, em algumas operações específicas, relaxar nesses métodos de gestão. Apesar do papel crescente desempenhado por ONGs que pressionam as multinacionais por maior uniformidade em relação aos padrões mais exigentes, não parece haver evidência significativa de que, na média, essas empresas possam trazer avanços em relação às práticas locais. Há, entretanto, bons casos de grupos empresariais que levam boas decisões tecnológicas, assim como boa gestão ambiental, a suas subsidiárias em várias partes do mundo.

Em segundo lugar, vêm os impactos do IDE na produtividade e no crescimento econômico. O IDE produz um efeito de espalhar tecnologias e métodos de gestão em vários destinos de investimento ao redor do mundo, contribuindo para ganhos de produtividade. Para economistas, principalmente neoclássicos, esses ganhos de produtividade

de correspondem a economias no uso de recursos, que poupam inclusive recursos ambientais. Nesse sentido, o crescimento econômico pode, em alguns casos, atuar em prol do meio ambiente, e não o contrário.

Finalmente, o IDE pode apresentar impactos significativos sobre a regulação ambiental mundial. Empresas multinacionais podem tentar garantir padrões ambientais mais elevados nos seus mercados-alvo com o intuito de garantir suas vantagens competitivas contra concorrentes menos efetivos em termos de poluição.

Pode-se verificar, entretanto, a possibilidade oposta: a competição pelos investimentos diretos pode levar a padrões ambientais menos rigorosos. Uma importante questão que se situa na relação entre internacionalização e sustentabilidade é a hipótese da existência do efeito conhecido como "paraíso de poluição". As indústrias mais intensivas em poluição devem migrar dos países mais desenvolvidos, que têm padrões ambientais mais rigorosos, para os menos desenvolvidos, que são mais flexíveis nesse aspecto.

AGENDA. Ainda não há estudos conclusivos sobre as três rotas pelas quais os investimentos diretos afetam o meio ambiente, ou uma conclusão segura sobre a questão mais ampla, o efeito da internacionalização sobre a sustentabilidade. Há, assim, uma importante agenda de pesquisa na relação entre esses dois temas.

Essa agenda se encontra incompleta, tanto pela complexidade do tema quanto por ser relativamente recente. Esperamos que o avanço da internacionalização venha a trazer benefícios em termos de sustentabilidade, mas ainda não é possível ter certeza de que isso esteja ocorrendo.